

# Sumário

## CAPÍTULO 1

<b>A TEORIA DO PODER CONSTITUINTE .....</b>	<b>21</b>
1.1 Histórico.....	23
1.2 Natureza do Poder Constituinte Originário.....	24
1.3 Conceito de Poder Constituinte .....	24
1.4 Titularidade X Exercício .....	25
1.5 Poderes Constituídos.....	25
1.6 Espécies de Poder Constituinte.....	26
1.6.1 O Poder Constituinte Originário .....	26
1.6.2 O Poder Constituinte Derivado Reformador .....	27
1.6.3 O Poder Constituinte Derivado Decorrente .....	27
1.7 Características .....	27
1.8 Direito Adquirido e as Normas do Poder Constituinte Originário e Derivado .....	28

## CAPÍTULO 2

<b>A NOVA CONSTITUIÇÃO E O DIREITO ANTERIOR .....</b>	<b>33</b>
2.1 Introdução .....	35
2.2 A teoria da Revogação Global.....	35
2.3 A teoria da Desconstitucionalização .....	35
2.4 A teoria da Recepção e da Não Recepção .....	36
2.5 A teoria da Repristinação .....	38

## CAPÍTULO 3

<b>CONCEPÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>39</b>
3.1 Introdução .....	41
3.2 Sentido Sociológico .....	41
3.3 Sentido Político.....	42
3.4 Sentido Jurídico-Normativo.....	43
3.5 Outras Concepções.....	44

<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>45</b>
4.1 A importância da Classificação .....	47
4.2 Quanto à Forma.....	47
4.3 Quanto à Origem.....	47
4.4 Quanto ao Modo de Elaboração.....	48
4.5 Quanto à Extensão .....	49
4.6 Quanto ao Conteúdo .....	49
4.7 Quanto à Alterabilidade .....	50
4.8 Quanto à Finalidade .....	51
4.9 Quanto à Correspondência com a Realidade .....	52
4.10 A Classificação da Constituição de 1988 .....	52
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>LIMITAÇÕES AO PODER DE REFORMA .....</b>	<b>53</b>
5.1 Limitações ao Poder de Reforma.....	55
<b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>65</b>
6.1 A Influência da Segunda Dimensão de Direitos Fundamentais sobre o Tema .....	67
6.2 Teoria Bipartida Americana (Thomas Colley).....	68
6.3 Teoria Tripartida Clássica Brasileira (José Afonso da Silva).....	68
<b>CAPÍTULO 7</b>	
<b>A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>71</b>
7.1 A Difícil Tarefa de “Interpretar” .....	73
7.2 Métodos Clássicos de Interpretação Constitucional .....	73
7.2.1 Método Gramatical ou Literal.....	73
7.2.2 Método Sistemático .....	74
7.2.3 Método Histórico .....	74
7.2.4 Método Lógico.....	75
7.2.5 Método Teleológico .....	75

7.3 A Abertura das Constituições aos Princípios e a Nova Interpretação Constitucional .....	76
7.4 Métodos Modernos de Interpretação Constitucional .....	79
7.4.1 Método Tópico-Problemático .....	79
7.4.2 Método Hermenêutico-Concretizador .....	80
7.4.3 Método Científico-Espiritual .....	80
7.4.4 Método Normativo Estruturante .....	80
7.4.5 Método da Comparação Constitucional.....	81
7.5 Os Principais Princípios de Interpretação Constitucional.....	81
7.5.1 Princípio da Supremacia da Constituição .....	81
7.5.2 Princípio da Unidade da Constituição .....	82
7.5.3 Princípio da Concordância Prática (ou da Harmonização).....	82
7.5.4 Princípio do Efeito Integrador (ou da Eficácia Integradora).....	82
7.5.5 Princípio da Justeza (ou da Conformidade Funcional).....	83
7.5.6 Princípio da Correção Funcional .....	83
7.5.7 Princípio da Força Normativa da Constituição e da Máxima Efetividade das Normas Constitucionais.....	83
7.5.8 Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	84
7.5.9 Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade.....	85

## **CAPÍTULO 8**

<b>NOTAS SOBRE AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS .....</b>	<b>87</b>
8.1 Constituição de 1824.....	89
8.2 Constituição de 1891.....	90
8.3 Constituição de 1934.....	91
8.4 Constituição de 1937.....	92
8.5 Constituição de 1946.....	93
8.6 Constituição de 1967.....	95
8.7 Emenda Constitucional nº 1, de 1969 .....	96

## **CAPÍTULO 9**

<b>DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>97</b>
9.1 Teoria dos Direitos Fundamentais.....	99
9.2 Direitos Humanos e Direitos Fundamentais .....	102
9.3 Direitos e Garantias Fundamentais .....	103
9.4 Titularidade .....	104
9.5 Positivção .....	104
9.6 Nas Normas Infraconstitucionais.....	105
9.7 Dupla Dimensão dos Direitos Fundamentais.....	105
9.8 Eficácia Vertical e Horizontal dos Direitos Fundamentais.....	105
9.9 Características .....	106
9.10 Gerações ou Dimensões dos Direitos Fundamentais .....	109
9.11 A Constitucionalização Formal dos Tratados sobre Direitos Humanos. art. 5º, § 3º .....	111
9.12 Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal.....	112
9.13 Análise Doutrinária e Indicação de Jurisprudência sobre o art. 5º .....	113
9.14 Princípio da Igualdade .....	114
9.15 Princípio da Legalidade .....	117
9.16 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana .....	119
9.17 Manifestação de Expressão Responsável.....	120
9.18 Liberdade Religiosa .....	123
9.19 Liberdade de Expressão Artística.....	124
9.20 Proteção à Intimidade e a Vida Privada .....	127
9.21 Liberdade Profissional .....	138
9.22 Liberdade de Comunicação.....	139
9.23 Liberdade de Locomoção.....	139
9.24 Direito de Reunião .....	140
9.25 Direito de Associação .....	142
9.26 Direito de Propriedade .....	144
9.27 Direitos do Consumidor.....	150
9.28 Direito à Informação .....	151
9.29 Direito de Petição e de Obtenção de Certidões.....	152
9.30 Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e do amplo acesso à Justiça.....	154

9.31 Princípio da Segurança das Relações Jurídicas e da Irretroatividade das Leis .....	157
9.32 Princípio do Juiz Natural .....	162
9.33 Direito Penal Constitucional .....	168
9.34 Extradicação .....	177
9.35 O Devido Processo Legal .....	183
9.36 Princípio da Presunção de Inocência .....	188
9.37 Identificação Criminal.....	191
9.38 Ação Penal Privada Subsidiária da Pública .....	192
9.39 Publicidade dos Atos Processuais .....	192
9.40 A Prisão .....	192
9.41 Direito ao Silêncio .....	194
9.42 A Prisão Civil por Dívida.....	196

## **CAPÍTULO 10**

<b>REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>199</b>
10.1 Remédios Constitucionais.....	201
10.2 Habeas Corpus .....	201
10.3 Mandado de Segurança.....	203
10.4 Habeas Data .....	207
10.5 Mandado de Injunção.....	210
10.6 Ação Popular.....	212

## **CAPÍTULO 11**

<b>DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>215</b>
11.1 Conceito e Desafios.....	217
11.2 Classificação dos Direitos Sociais na Constituição Brasileira .....	217
11.3 Os Direitos Sociais do Trabalhador .....	218
11.4 Mecanismos de Efetivação dos Direitos Sociais na Constituição de 1988.....	218
11.5 Os Princípios Norteadores de Proteção aos Direitos Sociais .....	219

## **CAPÍTULO 12**

<b>NACIONALIDADE .....</b>	<b>223</b>
12.1 Conceito .....	225
12.2 Espécies de Nacionalidade.....	225
12.3 Critérios de Atribuição de Nacionalidade Originária.....	225
12.4. Aquisição de Nacionalidade Originária .....	225
12.5 Aquisição de Nacionalidade Derivada .....	227
12.6 Tratamento Diferenciado entre Brasileiros .....	229
12.7 Perda da Nacionalidade.....	231

## **CAPÍTULO 13**

<b>DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>233</b>
13.1 Direitos Políticos.....	235
13.2 Aquisição de Direitos Políticos: Alistamento Eleitoral.....	235
13.3 Inalistabilidade .....	235
13.4 Direitos Políticos Ativos .....	236
13.5 Direitos Políticos Passivos.....	237
13.6 Os Direitos Políticos Negativos .....	238

## **CAPÍTULO 14**

<b>PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>245</b>
14.1 Conceito .....	247
14.2 Preceitos Fundamentais .....	247
14.3 A Criação dos Partidos Políticos .....	248
14.4 A Fidelidade Partidária.....	248
14.5 A Verticalização das Coligações .....	252

## **CAPÍTULO 15**

<b>ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....</b>	<b>253</b>
15.1 Organização do Estado .....	255
15.2 A Federação Brasileira .....	256
15.2.1 Características Da Federação Brasileira .....	256
15.2.2 O Equilíbrio Federativo .....	257
15.3 Autonomia X Soberania .....	258

15.4 Da União .....	258
15.5 Dos Estados Federados .....	261
15.6 Dos Municípios.....	263
15.7 Do Distrito Federal .....	265
15.8 Dos Territórios .....	265
15.9 Intervenção .....	265
15.9.1 Hipóteses Constitucionais Taxativas.....	266
15.9.2 Natureza Jurídica .....	266
15.9.3 Espécies de Intervenção.....	266
15.9.4 Pressupostos do Decreto Interventivo.....	268
15.9.5 Controle Político .....	268
15.9.6 Controle Jurisdicional.....	269
15.9.7 Intervenção da União em Municípios de Territórios (art. 35).....	269
15.9.8 Repartição de Competências.....	269

## **CAPÍTULO 16**

<b>MECANISMOS DE DEFESA DO ESTADO.....</b>	<b>275</b>
16.1 Do Sistema Constitucional das Crises .....	277
16.2 Princípios Informadores do Estado de Defesa e do Estado de Sítio .....	277
16.3 Requisitos para o Estado de Defesa.....	278
16.3.1 Medidas Coercitivas que podem vigorar durante o Estado de Defesa.....	278
16.4 Requisitos para o Estado de Sítio.....	279
16.4.1 Medidas que podem vigorar durante o Estado de Sítio .....	279
16.5 Controle Político e Jurisdicional.....	280

## **CAPÍTULO 17**

<b>PODER LEGISLATIVO .....</b>	<b>283</b>
17.1 Conceito .....	285
17.2 Estatuto dos Congressistas.....	286

## **CAPÍTULO 18**

<b>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO .....</b>	<b>295</b>
18.1 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) .....	297
18.2 Requisitos para sua Criação .....	297
18.3 CPI nos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	298
18.4 Poderes das CPI .....	299
18.5 Vedações à CPI.....	299
18.6 Posição do STF sobre o Direito ao Silêncio .....	300

## **CAPÍTULO 19**

<b>TRIBUNAIS DE CONTAS .....</b>	<b>303</b>
19.1 Histórico do Tribunal de Contas .....	305
19.2 Características do Tribunal de Contas da União .....	306
19.3 Ministros do Tribunal de Contas da União .....	306
19.4 O Ministério Público perante o TCU .....	307
19.5 Aspectos importantes sobre o TCU.....	307
19.6 Os Tribunais de Contas nos Estados e Distrito Federal .....	310
19.7 Os Tribunais de Contas Municipais .....	311

## **CAPÍTULO 20**

<b>PROCESSO LEGISLATIVO.....</b>	<b>313</b>
20.1 Processo Legislativo .....	315
20.2 Introdução .....	315
20.3 Fases do Processo Legislativo de elaboração da Lei Ordinária e Complementar .....	316
20.4 MEDIDAS PROVISÓRIAS .....	322
20.5 Lei Delegada .....	326
20.6 Resoluções e Decretos Legislativos.....	327

## **CAPÍTULO 21**

<b>PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>329</b>
21.1 Conceito .....	331
21.2 Sistemas de Governo.....	331
21.3 Formas de Governo.....	331



21.4 Requisitos para Presidente e Vice (art. 14, § 3º).....	331
21.5 Mandato Presidencial (art. 77).....	332
21.6 Atribuições do Presidente da República (art. 84).....	332
21.7 Hipóteses de perda do Mandato.....	333
21.8 Vacância e Substituição.....	333
21.9 Prerrogativas e Responsabilidades do Presidente da República .....	334
21.10 Os Ministros de Estado .....	338
21.11 Órgãos de apoio ao Presidente da República .....	338

## **CAPÍTULO 22**

<b>PODER JUDICIÁRIO .....</b>	<b>341</b>
22.1 Conceito .....	343
22.2 Órgãos do Poder Judiciário.....	343
22.3 Garantias Constitucionais do Poder Judiciário e de seus Integrantes.....	348
22.3.1 Garantias Orgânicas ou Institucionais .....	348
22.3.2 Garantias da Magistratura (art. 95).....	348
22.3.3 Vedações – Garantias de Imparcialidade (art. 95, parágrafo único, I, II, III, IV e V, alterado pela EC 45/2004) .....	349
22.4 Reforma do Poder Judiciário – Algumas Alterações .....	350
22.5 A Súmula Vinculante.....	351

## **CAPÍTULO 23**

<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>363</b>
23.1 Conceito .....	365
23.2 Princípios Orientadores do Controle de Constitucionalidade.....	365
23.3 Parâmetro do Controle .....	366
23.4 Tipos de Inconstitucionalidade .....	366
23.4.1 Inconstitucionalidade Material e Formal .....	366
23.4.2 Inconstitucionalidade Total e Parcial.....	367
23.4.3 Inconstitucionalidade por Ação ou por Omissão .....	367
23.5 Modalidades de Controle .....	368
23.5.1 Exceções .....	368
23.6 Formas de Controle Repressivo Judicial.....	369

23.7 Controle Difuso .....	370
23.8 Controle Concentrado .....	375
23.8.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADI).....	375
23.9 Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	383
23.10 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	385
23.11 Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental .....	388

## **CAPÍTULO 24**

### **QUESTÕES RELEVANTES NO CONTROLE**

<b>DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>393</b>
24.1 A Reclamação Constitucional .....	395
24.2 Jurisprudência sobre Reclamação .....	397
24.3 Natureza do Ato Inconstitucional.....	398
24.4 Controle de Constitucionalidade Concentrado	
Abstrato Estadual .....	398
24.5 Controle de Constitucionalidade Concentrado	
Abstrato Distrital e Municipal.....	401
24.6 ADI Interventiva Federal (ou Representação de Inconstitucionalidade Interventiva) e ADI Interventiva Estadual .....	402
24.7 Coletânea de Jurisprudência sobre alguns temas do Controle de Constitucionalidade.....	406